

## Casa Nova, Etiqueta Nova

Etnografia Da Política De Reassentamento Urbano Em Manaus  
(Amazonas)

**Marcia Elisa Freire Meneghini e Thereza Cristina Cardoso Menezes**

---



**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/550>

DOI: 10.4000/pontourbe.550

ISSN: 1981-3341

**Editora**

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

**Referência eletrónica**

Marcia Elisa Freire Meneghini e Thereza Cristina Cardoso Menezes, « Casa Nova, Etiqueta Nova », *Ponto Urbe* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 julho 2013, consultado o 07 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/550> ; DOI : 10.4000/pontourbe.550

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 7 Maio 2019.

© NAU

---

# Casa Nova, Etiqueta Nova

Etnografia Da Política De Reassentamento Urbano Em Manaus  
(Amazonas)

Marcia Elisa Freire Meneghini e Thereza Cristina Cardoso Menezes

---

## NOTA DO AUTOR

- Os nomes dos atores foram substituídos por nomes fictícios.
- As aspas foram usadas para indicar o termo tal qual usado pelo ator.

## Introdução

- 1 A convivência entre vizinhos, a fofoca, o tom de voz, o volume do aparelho de som, como se vestir, onde estender roupas, e o modo correto de se portar à mesa, são assuntos discutidos no curso de etiqueta urbana e social. Uma iniciativa do Estado para difusão de um novo comportamento para “melhoria de vida” dos reassentados do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim).
- 2 Através de recursos públicos e de empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Prosamim foi a proposta do Governo do Estado do Amazonas (GEA) para solucionar o que representaria um dos principais entraves urbanos da capital do Amazonas: a ocupação populacional das margens e leitos dos igarapés<sup>1</sup>. O programa foi criado em 2003<sup>2</sup> para resolver problemas ambientais, sociais e urbanísticos, ocasionados pela ocupação de palafitas, considerada inadequada, ao longo dos igarapés da cidade. Essas “sub-moradias”<sup>3</sup> supostamente aceleraram o processo de degradação dos recursos hídricos por conta do despejo de lixo, e de efluentes domésticos e industriais nos cursos de água (ROP, 2007). Até o final de 2011, mais de 12 mil famílias já tinham sido deslocadas para sanar a situação e a meta até 2020 é alcançar cerca de 15 mil famílias.
- 3 O plano de reassentamento do Prosamim ultrapassa a esfera da transferência de populações das áreas de igarapé. Inclui ações relativas à responsabilidade ambiental, inclusão social, geração de emprego, sustentabilidade, cidadania e educação. Aliado às

obras de infraestrutura, existe um trabalho dedicado a “mudança de vida” das comunidades atendidas, no sentido de “adequar as famílias ao novo ambiente” que passaram a ocupar e, assim fortalecer a “melhoria da qualidade de vida” delas (PROSAMIM..., 2011. Não Paginado).

- 4 O curso de etiqueta urbana compõe um mosaico de práticas de difusão do novo comportamento condizente com a vida urbana, e devidamente registrado, por meio de normas de convivência, no Manual do Proprietário (2007). A iniciativa é a forma pela qual o GEA contemplava o que entendia ser a política do BID de “assegurar a compensação e reabilitação das pessoas afetadas” pelo reassentamento involuntário<sup>4</sup>. As ações eram desenvolvidas pela equipe de técnicos (assistente social, psicólogo, nutricionista e biólogo), da etapa de pós-reassentamento, do setor socioambiental, da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (UGPI).
- 5 A UGPI é o órgão executor do Prosamim, vinculada ao gabinete do governador do Estado, com autonomia administrativa e financeira, que atua como interlocutora com o BID e coordenadora de ações de fortalecimento institucional entre entidades do Estado, da Prefeitura e da União. É sua função gerenciar as obras de drenagem, o reassentamento de quem morava no entorno do igarapé e a construção de avenidas e parques.
- 6 As atividades da etapa de acompanhamento pós-reassentamento ocorriam no Escritório de Sustentabilidade Socioambiental e Gestão Compartilhada da UGPI, popularmente conhecido como “casarão”, instalado no Parque Residencial Manaus (PRM) – a primeira unidade habitacional (reassentamento) construída no âmbito do Prosamim, e a única que contava com uma base administrativa do GEA/ UGPI. Para os reassentados, a UGPI representava a presença do próprio Estado (ou o Governo). A relação entre os técnicos e as famílias revelava-se um longo processo de negociação que se estendia do trabalho de convencimento, para participar do Prosamim, até o período de pós-reassentamento para adaptação à nova moradia.
- 7 O PRM foi uma das soluções de reassentamento oferecidas a quem teve que sair do igarapé. O Prosamim funciona através de sistema de permuta, em troca da antiga moradia, a ser desocupada e destruída, era possível escolher entre formas de indenização em dinheiro, casas em conjuntos habitacionais (de programas de habitação do GEA) ou apartamentos em unidades habitacionais – como o PRM, por exemplo. Logo, muitas famílias não foram reassentadas na mesma área onde residiam.
- 8 Este artigo é parte de um estudo etnográfico desenvolvido no PRM ao longo de onze meses durante os quais se acompanhou o cotidiano de moradores e técnicos na etapa de pós-reassentamento, e que resultou em uma dissertação de mestrado (MENEGHINI, 2012). A proposta aqui é refletir sobre um dos eventos desse processo, o curso de etiqueta urbana, visto enquanto mecanismo central empregado pelos técnicos do Estado para proporcionar a “melhoria de vida” aos ex-moradores de igarapé inseridos no Prosamim. O entendimento de “melhoria de vida” vinculava a reforma urbana ao imperativo de uma mudança de comportamento das pessoas, sem a qual o programa poderia fracassar, ou melhor, não ser sustentável. Como verbalizado pelos técnicos, “não bastava sair do igarapé, era preciso tirar o igarapé de dentro de si”.
- 9 Essa faceta civilizatória do Prosamim fazia emergir um conflito de etiquetas. Evidenciava com nitidez que a transformação do espaço de moradia impunha uma nova forma de ser e agir, adquirida através de práticas de violência simbólica como os cursos de etiqueta. No entanto, diante da etiqueta urbana difundida pela UGPI, os moradores resistiam

afirmando outras condutas, valores de bem viver e espaços de sociabilidade. Diferentemente do que técnicos e alguns pesquisadores sustentaram, a pesquisa etnográfica demonstrou que o processo civilizatório promovido no âmbito do Prosamim não produziu um “novo cidadão” (Lemos, 2010), inserido socialmente no espaço urbano, e com status social mais elevado (Queiroz, 2009), mas um sentimento subjetivo de aprisionamento em um espaço cada vez mais controlado, segregado e estigmatizado.

## A vitrine do Prosamim

- 10 O PRM expressava um campo de diferenças e tensões entre os técnicos da UGPI e os moradores das três quadras e associações nele existentes. A localização, o tamanho, o tempo de existência e a instalação de um escritório de gestão são elementos que diferenciam o PRM e lhe conferem um caráter privilegiado para investigação, levando-o a ser considerado pelos coordenadores do programa exemplar - uma “vitrine do Prosamim”.
- 11 Além de abrigar o escritório de gestão e ser o mais antigo, o PRM era a maior unidade habitacional em número de apartamentos, somando um total de 819 em suas três quadras. Suas duas primeiras quadras foram inauguradas no ano de 2007, com 567 apartamentos, e somente no ano seguinte as obras da terceira foram entregues com 252. Nelas foram reassentados os ex-moradores do Igarapé de Manaus, Igarapé Mestre Chico, Igarapé Bittencourt e Igarapé do Quarenta, áreas antes periféricas e que se tornam valorizadas com o crescimento de Manaus.
- 12 O espaço físico do PRM está delimitado entre ruas de grande circulação, de relevante visibilidade, no Centro, na zona sul da cidade. Essas ruas, em sua extensão, estão paralelas a uma importante avenida. Os primeiros blocos do PRM iniciam-se na Rua Tarumã. É entrecortado pela Rua Doutor Machado, seguido pela Leonardo Malcher e depois pela Ramos Ferreira, finalizando na Ipixuna. A Quadra I se inicia na Rua Tarumã, abrange a Doutor Machado e termina na Ponte da Leonardo Malcher. Da ponte, começa a Quadra II, que vai até a Ramos Ferreira. E dessa rua até a Ipixuna fica a Quadra III.
- 13 O curso de etiqueta e as demais atividades de pós-reassentamento aconteciam ali. Originalmente, no espaço onde está o “casarão”, devia existir um campo de futebol. Mas como já havia uma quadra de esportes na Quadra I, e o uso desse espaço gerava muitos conflitos entre seus usuários, os técnicos e os moradores da Quadra III mobilizaram-se pela construção de um centro social comunitário. Para o mesmo local foi destinado, sem consulta à comunidade, a instalação da base administrativa da UGPI. O conflito pela instalação do núcleo político e administrativo, de moradores e Governo, evidencia divergências e disputas quanto ao protagonismo da gestão do espaço entre as partes.
- 14 As Quadras I e II são interligadas. Apesar de a ponte da Rua Leonardo Malcher delimitar onde uma começa e a outra termina, as duas quadras fazem parte de uma mesma rua, a Avenida Igarapé de Manaus, que passa sob a ponte. Já a Quadra III é separada espacialmente das demais pela Rua Ramos Ferreira. Ela fica, de certo modo, isolada das outras. Tal separação, contudo, não se dá apenas em termos físicos, mas se revela nas tensões e alianças entre seus moradores. Existem três quadras, porém é como se houvesse, na verdade, dois parques residenciais diferentes. Um formado pelas Quadras I e II; e o outro, pela III. A divisão se manifesta na formação das duas associações comunitárias do PRM.

- 15 O campo de tensões era intensificado por meio do apoio ou não do Estado/ UGPI às associações. Os moradores das Quadras I e II diziam que a associação da Quadra III recebia mais benefícios, seja em termos de infraestrutura e de sua manutenção, seja como apoio financeiro em atividades e documentação para legalizar a associação. Os moradores das quadras II e III se consideravam “as cobaias” do PRM, por serem os primeiros moradores de unidade habitacional do Prosamim. Já os moradores da Quadra III reclamavam da mesma ausência de apoio. A “gestão compartilhada” exaltada pelo Prosamim não teria sido, segundo eles, realmente posta em prática.

## O curso de etiqueta urbana e social

- 16 A cena a seguir é uma breve descrição de uma das edições do curso de etiqueta urbana. Os assuntos eram abordados a partir do material elaborado e apresentado em *slides* por uma técnica da equipe socioambiental, da etapa de pós-reassentamento da UGPI. Houve três edições do curso durante o período do trabalho de campo.
- 17 Sexta-Feira. Oito horas da noite. Talheres, taças e guardanapos. *Sous-plat*<sup>5</sup> sob os pratos. Todos cuidadosamente dispostos sobre uma pequena mesa de plástico, coberta por uma toalha branca, decorada com flores de plástico, e outros enfeites coloridos. Ao lado, mais a frente, estava Roberta, uma mulher alta, de cabelos longos e soltos, usando bijuterias, sapatos de salto alto e bico fino, e blusa larga, com caimento nos ombros, deixando, acidentalmente, as costas expostas. Ela gesticulava bastante, mostrando fotografias, e explicando os *slides*, projetados pelo computador, em uma tela na parede. “Nós precisamos amadurecer [...]. Saímos de uma vida insalubre e agora estamos numa vida com qualidade de vida”, dizia.
- 18 À sua frente, cerca de dezessete mulheres, a maioria senhoras, vestidas de *shorts* e camisetas, colados ao corpo, calçando sandálias rasteiras, cabelos amarrados, observavam tudo. Para cada menção de um comportamento tipicamente fora dos padrões da etiqueta, risos contidos da plateia. Algumas contavam “causos” do dia-a-dia de seus vizinhos, validando com exemplos práticos as palavras da palestrante. Sim, havia ali moradores que ouviam música em volume alto. Atendiam a porta enrolados na toalha. Lavavam o piso e deixavam a água escorrer para o apartamento de baixo. Faziam fofoca da vida dos outros. Não cumprimentavam o vizinho. Mascavam chiclete. Estendiam roupas nas varandas e nas janelas. Todos comportamentos reprováveis, segundo os ensinamentos do curso de etiqueta.
- [...] andam muito de toalha, eu não sei que hábito é esse. Se era lá do igarapé, o passado já passou. Eu tirei aquelas fotos [...], eu gosto de fazer essa retrospectiva. Então, as coisas velhas já se passaram. Tudo se fez novo (Curso, 2011).
- 19 Durante o curso, Roberta explicou o que era etiqueta e sua importância na vida daquelas senhoras. “O conhecimento das regras de etiqueta é tão importante que hoje é conhecido como inteligência social: um trunfo que diferencia e qualifica as pessoas”. E, por etiqueta, entendia a consolidação de estética, postura, linguagem, valores e respeito ao próximo. “Etiqueta para viver melhor”, pois tornaria as pessoas consideradas e admiradas por aqueles com quem conviviam. Conhecer as regras de etiqueta era ressaltado como básico para quem quisesse vencer na vida e ser feliz. Na sociedade, todos apreciam uma pessoa fina, educada, elegante e com autoestima elevada.

- 20 “Ninguém é chic se não for civilizado”<sup>6</sup>. Para a palestrante, a boa educação promove alegria e aflora virtudes, que são a base para o bem estar. Um treinamento iniciado na infância e continuado por toda a vida. As pessoas vivem em comunidade, então “ser civilizado é respeitar e conviver com as diferenças”. Não adianta andar chique e bonito sem desenvolver a tolerância, o amor e o perdão. É preciso se perguntar, constantemente, “nossa, eu fiz algo errado?”, ou “eu magoei alguém?”. Se algo assim ocorresse, seria necessário pedir desculpas. Se o ofendido não perdoar, “aí o problema é dele, mas você foi lá”, concluía.
- 21 A “etiqueta no dia-a-dia” não podia ser esquecida. “Por favor”, “muito obrigado”, “desculpe” e “com licença” são palavras que devem estar sempre nos lábios das pessoas. Nas conversações, era orientado não falar baixo demais nem muito alto. Nem falar muito rápido, ou devagar demais. Acrescentou ser inadequado: fazer caretas ao falar, roer as unhas, morder os lábios, arrumar a roupa de outras pessoas, bater nos ombros, coçar a cabeça, mascar chiclete, indiscrição, curiosidade, exibicionismo, interrupções, fofocas, gafes, e excesso de franqueza, de polidez ou de naturalidade.
- [...] É muito feio. É deselegante. A pessoa pode estar chique e maquiada, toda no salto, mas com aquele chicletinho fica feio. Tem gente que adora roer as unhas, morder os lábios, arrumar a roupa dos outros. Tem que evitar. “Menina, olha seu decote”. Evite essas coisas, a não ser que você seja muito amiga e a pessoa te pergunte: “hei, o que tu achas?” (Curso, 2011).
- 22 Ao orientar o uso da etiqueta, Roberta pediu ajuda a um rapaz para teatralizar uma situação. Deixou cair um embrulho no chão. Ensinou que se uma mulher deixasse cair algo, o homem devia apanhá-lo. Mas se for o homem que deixar algo cair, a mulher deve apenas alertá-lo. Nunca deve se abaixar para pegá-lo. Não é adequado uma dama fazer isso. Com bastante humor e desinibição, a cena ficou divertida e rendeu boas gargalhadas.
- 23 Mais adiante, a apresentação de *slides* foi interrompida, a palestrante sentou-se à mesa, arrumada ao lado, e passou a demonstrar os modos apropriados de se portar em tal situação. Os assuntos conversados durante o jantar deviam ser agradáveis e leves. Falar somente sobre coisas boas. “Querida, e aí? Tudo bem? Como você está? Como foi de viagem?”. Nunca se falasse em doenças ou problemas financeiros, porque “você vai destruir o evento”. Mostrou como usar o guardanapo, os talheres e as taças. Chamou atenção para que o *sous-plat* não fosse levado para casa, quando em uma “noite *fashion*”<sup>7</sup>. Ele seria oportunamente retirado da mesa pelo garçom.

### “Etiqueta para viver melhor”

- 24 A mudança de comportamento dos moradores do PRM era enfatizada por Roberta no curso de etiqueta como o caminho para a conquista da melhoria de vida. Para cada tema, como poluição sonora, fofoca ou postura corporal inadequada, havia um exemplo do cotidiano dela e dos moradores para ilustrar suas palavras. Animada e desinibida, sempre dava um jeito de fazer daquilo motivo de risos. Teatralizava uma situação comum ao dia-a-dia de todos, para exemplificar o que era ou não um comportamento adequado à nova vida, nos apartamentos duplex, no Centro.
- 25 A nutricionista sintetizava a vida daqueles moradores nas fotografias apresentadas em *slides*, divididas em “o antes” (“a vida insalubre”) e “o depois” (“a vida com qualidade de vida”) da intervenção do Prosamim. O “hábito de igarapé”, de “o antes”, era definido por

ela, e pelos demais técnicos, na convivência com os moradores do PRM, como condutas reprováveis no convívio com as pessoas civilizadas na sociedade.

- 26 O “passado” estava caracterizado por fotos antigas de como era a área do Igarapé de Manaus, e outros igarapés da cidade. Havia palafitas dos mais variados tipos e tamanhos, muito lixo, casas em nítido risco de desabamento, casas desabando e ligações clandestinas de água e de energia. Já o “presente” era expresso através de fotos atuais, que mostravam o resultado das obras de urbanização - a Ponte Benjamim Constant e o PRM. Ambos limpos e urbanizados.
- 27 Mais fotografias apresentavam o resultado do uso inadequado que os moradores estavam fazendo do PRM: deixar sofá velho, porta de ferro, pilhas de telhas, grades de cerveja, móveis quebrados e churrasqueira na área de uso comum; estender roupas em varal improvisado nas grades da porta ou ocupando parte da área comum do bloco; colocar o lixo fora da lixeira, nas ruas e entupindo a tubulação de esgoto. A necessidade de mudança de comportamento dos ex-moradores de igarapé, que agora moravam com “qualidade de vida”, era veementemente reafirmada. O igarapé continuava dentro deles. Isso era nefasto e vergonhoso.
- 28 Embora algumas dessas práticas não estivessem escritas, palavra por palavra, no Manual (2007), a palestrante condenava-as por não estarem de acordo com as normas de boa convivência. Afinal, aplicar as regras de boa vizinhança estava entre os deveres do proprietário, bem como usar e conservar adequadamente o apartamento e suas áreas de uso comum, não danificando as áreas externas. Não vender, não alugar, não entregar o apartamento<sup>8</sup> a outros. “Não depositar objetos de sua propriedade nas áreas de circulação e acesso” (MANUAL, 2007, p.10).
- 29 As orientações para uma nova conduta eram direcionadas tanto para os espaços de uso comum, quanto para aqueles individuais, dentro dos apartamentos. A ausência de ordem e limpeza dentro do apartamento era tratada pela técnica como algo ruim principalmente devido à imagem negativa que outros pudessem ter do morador do Prosamim. “Puxa vida, o que é isso? Fulano não mudou os hábitos”, simulava. As roupas estendidas nas janelas, nas portas e nas áreas de uso comum não combinavam com os novos hábitos. “[...] Isso aqui é muito feio. Essa parte aqui de roupas estendidas não convém”.
- 30 Para inibir as ações inadequadas, a técnica se reportava a imagem negativa da sociedade em relação aos moradores do Prosamim, tratados assim como um grupo indiferenciado. Ela dizia sentir como se levasse “um tapa na cara”, quando as pessoas de fora lhe diziam que o Prosamim [PRM] está virando favela. “[...] Não gosto quando falam assim de vocês, porque vocês são o meu povo”. Alertava-os do irremediável destino de o PRM virar uma favela, caso eles não mudassem. Ou seja, não seguissem os ensinamentos do curso e do Manual (2007), e insistissem em ter “hábitos de igarapé”.
- 31 Para evitar que o Prosamim se tornasse uma favela é que surgiu o curso de etiqueta urbana e social. A subcoordenadora do social da UGPI convocou Roberta para a tarefa de “educar e civilizar esse pessoal”. A técnica explicou que eles eram “mal educados”, porque foram criados assim no igarapé, numa “terra sem lei”. Durante o processo de reassentamento, percebeu a necessidade de inseri-los no novo ambiente. Notava-os deslocados e incapazes de lidar com os desentendimentos com os vizinhos, na convivência diária nos apartamentos.
- 32 As palavras dela reforçam a ideia amplamente difundida e compartilhada pelo senso comum, e por Lemos (2010) de que os “beneficiários” do Prosamim são pessoas

- necessitadas de ajuda. Os técnicos demonstravam acreditar serem os reassentados incapazes de lidar com a nova moradia. “Eles moravam tão amontoadinhos que não sabem o que fazer com tanto espaço”, explicou uma técnica psicóloga, ao comentar sobre a necessidade de seu trabalho no escritório de gestão.
- 33 O trabalho de pós-reassentamento pode ser entendido como um “serviço de Estado”, que atua sobre os moradores do PRM como indivíduos necessitados de intervenção de uma equipe de profissionais especializada, a partir da governamentalização de tecnologias de poder (Lima, 2002). O Prosamim estaria voltado para pessoas de baixo poder aquisitivo e necessitadas de moradia (Lemos, 2010). Tais estereótipos produzidos pelos representantes do GEA sobre o perfil do universo de beneficiários, tomados como fatos, contribuíam para a fixação da imagem estigmatizada e compartilhada pela sociedade dos moradores do PRM como “necessitados” - genericamente chamados de “moradores do Prosamim” pelas pessoas de fora do PRM.
- 34 O poder aquisitivo e o nível de escolaridade eram muito contrastantes nas três quadras. Num mesmo bloco, morava uma psicóloga e uma diarista. Um universitário e um analfabeto. Um traficante e um médico. Uma assistente social e um fazedor de “bicos”. E suas casas retratavam essas diferenças. Bastava observar o apartamento de seu Ribamar, da Quadra I, que tinha o ensino superior incompleto, e nenhum emprego fixo. Não havia cerâmica no piso e nem reboco nas paredes. Após quatro anos, continuava como no dia da entrega. O que a esposa e a filha ganhavam era um salário mínimo, que não dava para muita coisa.
- 35 A proposta de reassentamento do Prosamim de “civilizar” os ex-moradores de Igarapé, assemelha-se em alguns aspectos a outras experiências de deslocamento compulsório, tais como aquelas praticadas pela dominação colonial francesa, que alicerçou o processo de descamponeização argelino (Bourdieu; Sayad, 2006). Com o Prosamim, os técnicos da UGPI reforçavam a imagem de um Estado bom e generoso, que agia pela proteção de seus cidadãos. Para eles, nesse sentido, “[...] proteger é acima de tudo reassentar” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.9). Acreditavam estar ajudando na melhoria de vida daquelas pessoas. Apesar de a etiqueta urbana ser algo estranho aos reassentados, os técnicos estavam “[...] Encorajados pelo sentimento de realizarem um grande desígnio, ou seja, ‘fazer as massas evoluírem’, excitados pela paixão de ordenar e criar” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.11).
- 36 Os moradores do PRM precisavam ser “educados” e “civilizados”. Roberta demonstrava acreditar ser a pessoa inspirada por Deus para cumprir essa missão. O entusiasmo dela era pelo grande feito de modificar e reestruturar os pejorativamente conhecidos na cidade como “alagadinhos”. “[...] Se a política dos reassentamentos obteve entre os militares uma adesão tão ampla e tão entusiástica, é porque realizou um sonho tão antigo quanto à colonização, isto é, o de ‘modificar’[...] uma sociedade inteira” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.11).
- 37 Em entrevista, a idealizadora do curso de etiqueta manifestou que tinha “muito carinho por essas pessoas pouco esclarecidas [os ex-moradores de Igarapé], pois são elas quem Deus mais ama”. Se “quem semeia colhe”, Roberta receberia o seu retorno. “A bíblia diz que até um copo de água que você der para uma pessoa, de maneira alguma você vai ficar sem a sua recompensa”. Assim, ela talvez buscasse salvar os mais amados por Deus, para que este, em reconhecimento, também a salvasse. Mais, dizia no curso estar compartilhando com os participantes uma sabedoria adquirida por inspiração divina. “Isso é sabedoria que vem do alto. Eu estou compartilhando com você”. A mudança seria

uma opção das pessoas, que ouviriam ou não Deus falar a seus corações. As pessoas inteligentes o ouvem e mudam.

- 38 O sucesso do trabalho de Roberta era por ela mesma reconhecido, tendo em vista a diminuição das “bandeirolas” [roupas estendidas na frente dos apartamentos] e das queixas dos moradores quanto às barulhentas festas noturnas de vizinhos e “orgias”. Ainda que a técnica afirmasse ter uma boa relação com os moradores, não era isso que podia ser constatado no convívio com os moradores.
- 39 “Ela nos exclui na etiqueta”, dizia Antonio, artesão, morador da Quadra III. A maneira como lidava com os moradores era baseada na distinção. Roberta e os demais profissionais mostravam a todo instante quem mandava e quem obedecia. A relação nunca foi simétrica nem de parceria. Era de dominação explícita ou camuflada, dependendo da ocasião.
- 40 A ideia propagada pelos técnicos era de que só morador de igarapé estendia roupa na frente de casa, ouvia música em alto volume, andava de toalha e usava palito de dentes. Era como se nada disso acontecesse nos vários condomínios residenciais da cidade. Como se em toda parte não houvesse vizinhos mal humorados, barulhentos e incômodos. Tratava-se de uma especificidade das unidades habitacionais do Prosamim, uma mancha endêmica vergonhosa dos moradores que não tinham mudado de hábitos e se recusavam a aderir a uma nova vida.
- 41 A palestrante estava sempre comparando a atual “vida digna” à antiga “vida insalubre”. Referia-se à “vida de igarapé” de forma pejorativa. “Ela diz que a gente saiu da lama, que não era nada antes. As coisas não eram assim, não”, afirmou o morador Antonio, e como ele, outros costumavam expressar incômodo com a leitura e o julgamento, feitos sobre seu estilo de vida passado. De modo semelhante ao detectado na situação de reassentamento no contexto colonial argelino, no Prosamim “[...] A reorganização do espaço habitado é então encarada inconscientemente como uma maneira definitiva de fazer tábua rasa do passado, impondo uma forma de existência nova” (BOURDIEU; SAYAD, 2006, p.11).
- 42 A missão civilizatória dos técnicos lhes parecia bastante legítima. Propunham-se a “civilizar” os ex-moradores de igarapé, o que ocorria por meio da violência simbólica, da imposição consentida. Por meio do controle de bens simbólicos, os profissionais da UGPI imporiam aos moradores do PRM seu arbitrário cultural, hierarquias e relações de dominação, fazendo-o parecer legítimo (Bourdieu, 2009).
- 43 O PRM tornava-se palco de muitas disputas de poder, tratava-se de fato de um espaço social, construído por práticas resultantes de uma combinação de *habitus*, capital e campo. Uma vez que as preferências e julgamentos, em termos de música, literatura e etiqueta, que definem o modo de agir das pessoas, decorrem de sua posição e distinção no espaço social, o curso de etiqueta era um *show* de violência simbólica.
- 44 Usar a etiqueta como instrumento de poder não é uma prática nova. Elias (1987) atentou para a relação entre etiqueta e poder ao analisar a corte de Luís XIV, demonstrando como uma rígida etiqueta, calcada no controle e cuidado com a expressão das emoções, gestos e ações, podia dominar e manipular todos os membros da corte. Produziu-se uma racionalidade cortesã que se tornou emblema de prestígio e um mecanismo fundamental para domesticar a nobreza. Nobreza que se converteu de nobreza feudal guerreira em nobreza refinada, cortesã e urbana, súdita e desejosa da distinção conferida pela proximidade do Rei. Elias demonstra que o domínio da etiqueta funcionava como um

- veículo de autoafirmação aristocrática, que conferia distinção e legitimidade perante os estamentos rivais, bem como um recurso para equilíbrio de tensões entre os diversos estamentos em disputa. Garantia a manutenção do poder real.
- 45 A importância da etiqueta era tamanha que se tornou um demarcador de classes e posições hierárquicas, instalou conflitos, divergências e pressões, fazendo crescer a interdependência entre o rei e os nobres. O cerimonial e a etiqueta tornaram-se um movimento contínuo dentro da sociedade cortesã francesa, convertendo-se de um simples ato do cerimonial, sem valor sociológico, para um importante instrumento de dominação.
- 46 A etiqueta da corte é um elemento associado a um longo processo civilizatório (processo progressivo e não programado). Elias (1994) relaciona a constituição do Estado desde a Idade Média, através da arrecadação de impostos, polícia, forças armadas, lei e outros, com a elaboração de aspectos temporais, presentes na formação da consciência e no autocontrole individual. Ou seja, a regulamentação do Estado teria acompanhado o desenvolvimento de regras internas presentes na formação da subjetividade e na coordenação de atividades na sociedade.
- 47 Elias (1989) usa o termo “coação social” para explicar como na sociedade industrial um novo modelo de tempo surge e pauta a subjetividade das pessoas. Com a disciplinarização temporal, presente desde a constituição da identidade, a modernidade produz um tempo representado “[...] pela velocidade de relógios, calendários e horários, ostenta nessa sociedade as propriedades que fomentam coações que o indivíduo impõe a si mesmo” (ELIAS, 1989, p. 32). O autor entende que “a pressão dessas coações é relativamente pouco apreendida, medida, equilibrada e pacificada, porém, onipresente e inevitável” (Idem).
- 48 Uma organização temporal pautada pela autocoção necessitou de disciplina até ser incorporada na subjetividade. Para Elias (1989), um exemplo de como o processo civilizador pode modelar uma atitude social, que integra a personalidade do indivíduo, é “[...] a transformação da coação externa da instituição social do tempo em uma pauta de autocoção, que abarca toda a existência do indivíduo (p.21)”. Isso significa que, com o processo civilizador, a coação externa transformou-se em autocoção, impondo seu domínio não apenas externamente, mas principalmente internamente.
- 49 O discurso de Roberta permite refletir sobre a análise de manuais de etiqueta e o longo processo de controle das pulsões (autocontrole), que permeou o processo civilizador marcado pela pacificação, controle e monopólio do uso da violência pelo Estado. De modo geral, os exemplos de Elias (1994) abordam o comportamento como um meio de distinção entre os grupos. Havia um processo de diferenciação posto em prática pela adoção de um código específico de conduta estabelecido pelo grupo. Um código que definia o que um grupo podia ou era incapaz de fazer, e deveria funcionar como um marcador e justificador de posições, assim como um emblema da legitimidade da dominação daquele que o domina.
- 50 A maneira de usar os bens simbólicos é um marcador de classe, ao mesmo tempo em que é “[...] o instrumento por excelência das estratégias de distinção” (BOURDIEU, 2008, p.65). Pessoas finas e elegantes, por exemplo, não deviam molhar na travessa o pão mordido. Isso era comum aos camponeses, que nada tinham de elegantes. Quem quereria parecer com um camponês? Ou ser chamado de deselegante e rude?
- 51 A perspectiva comparativa era usada pelos técnicos da UGPI a todo instante, tornando-se mais explícita no curso de etiqueta. Dos modos à mesa, de não colocar nela os cotovelos, às regras de boa convivência, da demonstração de alegria inabalável, o mundo civilizado

expresso por eles apresentava-se como um mundo de aparências. Era preciso mostrar à sociedade que não havia mais “alagadinhos”. Que eles tinham mudado.

- 52 Quem deixa a frente de casa com “bandeirola”? Quem anda de toalha em casa? Quem usa palito de dentes? Quem faz fofoca? Isso é tudo “hábito de igarapé”. Gente civilizada não faz isso. Quem é educado estende as roupas dentro de casa. Anda vestido e arrumado. Não faz higiene na frente dos outros. Sempre cumprimenta as pessoas com um sorriso e não fala de assuntos desagradáveis como doença e dinheiro.
- 53 Os antigos hábitos de igarapé levariam as pessoas de fora a pensar que os “alagadinhos” fizeram do Prosamim uma favela. Ensinar bons modos aos moradores do PRM era necessário para atestar o sucesso do programa e do GEA em promover a “melhoria de vida” aos ex-moradores de igarapé. Assemelhar-se a uma favela, com “bandeirolas” nas varandas, e sofá velho na área comum do bloco, simbolizaria o contrário.
- 54 A leitura do que o BID, os técnicos do Prosamim e os moradores do PRM entendem como “sustentabilidade socioambiental” mostrava-se distinta. Haveria um conflito de concepções do que vem a ser sustentabilidade e como promove-la. Para a equipe do pós-reassentamento, o curso de etiqueta urbana seria uma ação de promoção de sustentabilidade socioambiental pretensamente proposta pelo BID. A noção de sustentabilidade está ancorada em estereótipos forjados a partir dos demarcadores de distinção social local existente entre a classe média urbana e a população que historicamente ocupa as periferias de Manaus.
- 55 Para Herzfeld (2008), o Estado seria apenas um nome que recobre um conjunto aberto de agentes e operações, apoiados em mecanismos da vida social, tais como estereótipos essencializados e literalizados, originando um processo de “despoetização” da vida social, que tornam essências experiências sociais polifônicas. Bourdieu (1996) identifica que o Estado é o lugar por excelência da concentração do exercício do poder simbólico, um lugar de nomeação, eficaz, porque simbolicamente eficiente e realizado em situação de autoridade e por pessoas autorizadas. O Estado pode impor de modo universal estruturas cognitivas através de instrumentos de construção da realidade social (princípios de classificação de sexo, idade, competência, escolarização) que tornam aceitável a dominação.
- 56 De acordo com Weber (2004), a dominação seria eminentemente administração e cabe a esta instância selecionar, ratificar e gerenciar o que é designado como “problema social”. Problemas muitas vezes naturalizados como “problemas sociológicos” (falta de sustentabilidade, falta de etiqueta) por uma ciência que adota categorias de Estado, afirmando e corroborando um ponto de vista de Estado, algo presente em várias pesquisas acadêmicas sobre o Prosamim. Assim, os representantes de instituições estatais com chancela acadêmica empreenderiam uma tecnologia de poder para o controle dos comportamentos “inadequados”, buscando suprimi-los através do poder disciplinar, produzindo corpos dóceis (Foucault, 2009) de uma nova vida civilizada.

## O conflito de etiquetas

- 57 O curso de etiqueta urbana representa um momento cerimonial daquilo que aos moradores do PRM era orientado pelos técnicos no dia-a-dia do pós-reassentamento. Além de cursos e práticas educativas, cabia a esses profissionais a fiscalização do cumprimento das normas contidas no Manual (2007) sobre o que podia ou não ser feito na

nova moradia. Mais do que orientações para conhecimento e manutenção da infraestrutura dos apartamentos, nele continham regras de comportamento para o “bem estar”, como, por exemplo, “evitar estender roupas ou bater tapetes nas janelas”.

- 58 “Procurar sempre que possível o Escritório de Sustentabilidade Social” é uma das orientações do Manual (2007) aos moradores. Os técnicos do escritório deviam orientar os moradores a procurar o órgão, estadual ou municipal, responsável pela solução do problema. “O Prosamim durante o primeiro ano da sua moradia [...] colocará a sua disposição um escritório de Sustentabilidade Social com uma equipe completa para atender suas dúvidas e orientar atividades na sua nova casa” (MANUAL, 2007, p.7). Barulho? Ligue para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Briga com vizinho? Procure a delegacia mais próxima e registre ocorrência. É trabalho dos técnicos a identificação, a denúncia e a notificação das “irregularidades” cometidas pelos moradores.
- 59 O Manual (2007) materializa o que Foucault (2009) chama de “medida precisa” para assegurar a eficácia do sistema punitivo. O autor aponta para a necessidade das leis, que definem os crimes, estarem perfeitamente claras a todos os membros da sociedade, de modo que possam distinguir as ações criminosas das ações virtuosas. Mas no PRM o conhecimento do que podia ou não ser feito e a fiscalização dos técnicos não inibiam muitos moradores de cometerem as “irregularidades”.
- 60 Mesmo proibidos, a descaracterização da moradia por instalação de comércio, as mercearias, as lanchonetes e os salões de beleza proliferavam. Paredes e colunas eram demolidas para que o apartamento fosse transformado em mercadinho ou em empresa gráfica. Janelas e portas internas retiradas de uma parede e colocadas em outra. Paredes e portas externas pintadas diferentemente do padrão definido.
- 61 A instalação de toldos e a colocação de portas nas escadas são práticas condenadas, mas comuns entre as moradias nas três quadras. “Puxadinhos” e grades foram colocados fechando as áreas de uso comum. Luis, morador da Quadra II, por exemplo, usava o espaço “entre blocos” como oficina de ferragem particular. Aliás, era ele quem instalava as grades nos apartamentos do PRM. Havia outros tão “irregulares” quanto ele. Todos notificados pela UGPI.
- 62 O apartamento não podia ser usado como albergue, mas Etelvina, da Quadra II, transformou a casa dela numa alternativa de moradia barata para estudantes. A área de serviço do primeiro andar duplex virou um terceiro quarto em que ela dormia com a filha pequena. Os dois quartos do segundo andar, abrigavam três garotos em cada um. Seis universitários alugavam as camas e a sala virou uma grande cozinha comunitária. A moradora não podia trabalhar fora, porque não tinha com quem deixar a filha. O aluguel dos quartos compunha parte importante da renda familiar.
- 63 Já Rafael, da Quadra III, gradeou parte de área de uso comum do bloco. Por causa do roubo de roupas do varal, ele fez um “puxadinho” atrás de sua casa e, com isso, limitou o acesso dos vizinhos às caixas de esgoto. O muro baixo de concreto, na altura dos joelhos, com grades completando o fechamento até o teto, passa por cima de uma canaleta. O morador confessou que os vizinhos estão pensando em cercar toda a parte de trás do bloco. Ao ouvir isso, o engenheiro do Prosamim brincou: “Faz logo uma piscina, cerca o jardim, e transforma num condomínio, vai”.
- 64 As “irregularidades” aumentavam a cada dia. Muitos moradores explicavam a falta de “punição” como o motivo do “problema”. Eles contavam que desde a etapa de pré-

- reassentamento recebiam orientação de como deveriam se comportar nos espaços da nova moradia. Mostravam-se agredidos com a ausência de “punição” aos infratores. Parte deles culpava a ineficiência dos técnicos na fiscalização. Outros reconheciam a “boa vontade” desses profissionais, embora isso não fosse suficiente. Estes, por sua vez, diziam ter a função de somente notificar as “irregularidades” ao órgão competente – Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB), empresa construtora ou UGPI.
- 65 Os moradores costumavam repetir que os técnicos “não fazem nada” além de “só tirar fotos” das infrações e das próprias ações socioambientais para preencher os relatórios mensais do BID. Frequentemente, remetia-se a uma descrença compartilhada quanto ao saber técnico dos funcionários da UGPI. “Eles tem um quadro de assistentes sociais e psicólogos e a única coisa que não fazem é atuar como assistentes sociais e psicólogos. Fico besta de ver um negócio desse!”, contou-me Ribamar.
- 66 A notificação dos técnicos aos moradores diante das “irregularidades” funcionava mais como um ritual político. Seria uma cerimônia por meio da qual o poder se manifesta. Mais simbólica do que eficaz, uma vez que não importa se findará numa punição, a notificação é uma manifestação do poder. É um ritual para reforçar a posição de quem o detém e de quem a ele está submetido (Foucault, 2009). Ou seja, os técnicos tem o poder de acusar a “irregularidade”, o direito de apontar quem está irregular, e os moradores estão a eles submetidos.
- 67 O conflito entre os moradores começava ao se darem conta de que alguns podiam e outros não. Se fulano faz e não acontece nada, por que é proibido? Ser proibido inibiria uns e não outros. Aqueles que deixavam de fazer algo, por causa da proibição, sentiam-se injustiçados. A eles cabia o direito de clamar pela punição dos “monstros infratores” (Foucault, 2009).
- 68 De acordo com Foucault (2009), a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social. O infrator passa a ser percebido como um inimigo comum da sociedade. Um verdadeiro “monstro traidor” que todos tem o direito de punir. Quem produz os monstros no PRM é o Estado por meio da imposição de um conjunto de comportamentos estranhos aos reassentados e do trabalho da UGPI. Quem resiste ao modelo é o monstro, o traidor, o infrator, aquele que “não tirou o igarapé de dentro si”. Deve ser notificado de sua inadequação à vida urbana e civilizada.
- 69 O entendimento dos moradores de que os técnicos “não fazem nada” é resultado de uma esperança de impunidade, que acaba tornando frágil o instrumento das leis (Foucault, 2009). Esses profissionais representam o Estado, a autoridade maior no PRM, logo lhes cabe uma conduta punitiva perante a infração. Se a punição, prevista e registrada, não acontece, o instrumento das leis mostra-se frágil. Portanto, quem quiser vai, sim, fazer o “puxadinho”, e montar seu comércio, porque, apesar de proibidos, muita gente faz e ninguém sofre penalidades.
- 70 A etiqueta urbana do Prosamim era estimulada em detrimento da etiqueta de igarapé vigente até sua intervenção. A incorporação maior de uns - moradores da Quadra III - desse padrão de comportamento passava a servir de demarcador distintivo de poder no confronto com aqueles que não o incorporavam e insistiam numa etiqueta de igarapé. “[...] as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam” (FOUCAULT, 2009, p.210).

- 71 Os moradores eram identificados, por eles e pelos técnicos, através da quadra da qual fizessem parte. O grupo das Quadras I e II, o mais antigo, era o estigmatizado, o inferior e o diferente. Para os moradores da Quadra III, e do entorno, nessas quadras só havia “povão”, “gente mal-educada” e “problemática”. Na Quadra III, tinha gente “mais selecionada” e com “mais cultura”. Gente com “mais cultura”, nesse sentido, é quem não “dá problema” e age conforme a etiqueta urbana.
- 72 Os profissionais do Prosamim atuavam fortalecendo as distinções na medida em que faziam uso de estigmas para se referir às três quadras enquanto dois grupos de moradores diferentes: aqueles que “dão problema” e aqueles que “não dão problema”. A distinção, para os moradores, começa na instalação do escritório de gestão na Quadra III. A escolha não teria sido por disponibilidade de espaço, mas por preferência de quadra, por aquela que os técnicos considerariam “a melhor”.
- 73 “Dá problema” quem comete “irregularidade”. Não age de acordo com o que foi estabelecido no Manual (2007) e contraria as orientações dos cursos do pós-reassentamento. Ou seja, estende roupa na varanda, joga lixo na rua, ouve música alta, constrói “puxadinho”, transforma a moradia em comércio, briga com vizinho, vende ou aluga o imóvel. Em termos foucaultianos, não ser problemático é ser dócil. Poder ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Já ser problemático, ao contrário, é resistir à submissão, utilização, transformação e aperfeiçoamento, impostos nos cursos do Prosamim. Os cursos assim entendidos como disciplina, “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAULT, 2009, p.133). E essa disciplina, para o autor, é que fabrica os submissos e exercitados corpos dóceis.
- 74 O estigma, que conduz as relações de moradores e técnicos, é tema de estudos de Goffman (2008) para o qual ter um estigma é estar inabilitado para a aceitação social plena em determinada situação. O comportamento de igarapé ilustra o que o autor chama de símbolos de estigma. Estender roupas na janela, atender a porta enrolado na toalha, ouvir música em volume alto e jogar lixo na rua são algumas das práticas que simbolizam o estigma dos “alagadinhos”. Os símbolos “são efetivos para despertar atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo” (GOFFMAN, 2008, p.53).
- 75 Para quem reside no entorno, os moradores do PRM eram os “alagadinhos”, independente da quadra da qual fizessem parte. Numa conversa mais demorada, ao falar sobre esses “alagadinhos”, eles faziam uso de mais estigmas para acusar as diferenças. O que tornava os moradores das Quadras I e II os mais “problemáticos” era o fato de eles persistirem em “não tirar o igarapé de dentro de si”. O estigma era reforçado pelo fato dessas quadras concentrarem mais “boca de fumo” e situações de disputa de traficantes.
- 76 A maior parte daqueles que “tiraram o igarapé de dentro de si” estava morando na Quadra III, onde tinha menos lixo e quase não se escutava música em alto volume. Eles eram os que mais participavam dos eventos do pós-reassentamento, por causa da mobilização da associação, da localização do “casarão” e da relação com a UGPI. Mesmo que os técnicos discordassem, muitos moradores das Quadras I e II acreditavam que as atividades realizadas no escritório eram para os moradores da Quadra III. Se fossem para eles, ocorreriam na área de lazer das Quadras I e II.

## A prisão da dignidade

- 77 Levar a “melhoria de vida” aos reassentados do Prosamim não se mostrava aos profissionais da UGPI uma tarefa fácil. Segundo estes, os moradores do PRM tinham saído do igarapé, mas o igarapé continuava dentro deles. Depois de tantos cursos e ações educativas, do ponto de vista dos técnicos, apesar de toda fiscalização, os ex-moradores de igarapé insistiam em permanecer com os antigos hábitos. Havia pouca participação das atividades no escritório de gestão. Em geral, o motivo apontado pelos técnicos era o “desinteresse” dessas pessoas que “não estavam acostumadas a uma vida com regras e contas para pagar”.
- 78 Como um serviço de Estado (Lima, 2002), o trabalho de pós-reassentamento também possibilitava que os reassentados se redefinissem no processo de negociação e passassem a questionar os serviços públicos. No PRM, não se encontrou pessoas confusas, incapazes ou necessitadas de mediação do poder, como revelou o estudo de Lemos (2010). Havia agentes sociais capazes de pensar, agir e bastante conscientes de suas escolhas. Negociavam e se articulavam o tempo inteiro entre si e com o Estado. Inclusive, a própria relação de pesquisa foi uma permanente negociação.
- 79 Os moradores do PRM não tinham interesse nas ações socioambientais da UGPI. Eles gostavam de fazer suas festas e de se reunir em seus grupos conforme interesses de religião, política, trabalho, lazer, esporte. Quando necessário, constituíam-se como um grupo politicamente coeso, independente de quadra, origem de igarapé, ou unidade habitacional, para reivindicar o que os “moradores do Prosamim” consideravam de direito.
- 80 Queriam ser ouvidos e atendidos pela UGPI. Pediam, por exemplo, a manutenção da infraestrutura da unidade habitacional, das áreas de lazer e de uso comum; a reposição de lâmpadas e melhor iluminação dos espaços; o corte regular de grama; a segurança de sua família e o controle da criminalidade do tráfico de drogas; a promoção de atividades que aumentassem a renda mensal e os níveis de escolaridade e social; um valor mais justo da taxa de água; a recuperação das calçadas da via principal, destruídas pelo caminhão da empresa coletora de lixo; a colocação de mais lixeiras para atender a demanda de lixo dos blocos; a instalação de rede de telefone e internet; o serviço dos correios.
- 81 Nada disso era novidade para a UGPI. Após quatro anos de pedidos, e de ausência de medidas efetivas, que solucionassem os problemas acima citados, os moradores se sentiam “abandonados”. Dona Sílvia, da Quadra II, revelou-me ter recebido de um representante da UGPI a resposta imediata de que “o Estado não tem filho”, quando revelou o sentimento coletivo dos moradores de “filho desamparado”.
- 82 Havia um cenário de violência pelo tráfico e consumo de drogas diante do qual alguns moradores solicitavam a presença regular da polícia, enquanto outros, conhecedores da convivência e corrupção da própria polícia, descrentes, fechavam-se em seus apartamentos. “O problema da insegurança foi criado pelo Prosamim”, disse-me Ribamar, entre tantos outros. Para eles, no igarapé havia um problema. No PRM, houve a reunião de vários problemas. “Juntou os problemas de todos os igarapés num só local. A UGPI sabia disso. Diziam que não podia ter discriminação, mas agora eles fazem isso, porque somos todos taxados da mesma coisa”.

- 83 De acordo com Ribamar, durante o período de adesão para a saída do igarapé, as pessoas eram bem tratadas pelos técnicos da UGPI, o que teria mudado a partir da entrega do apartamento: “Somos tratados da mesma maneira que um preso numa penitenciária”. Dizia sentir-se visto como um “criminoso”, que “veio do igarapé, então é uma pessoa à toa, que não sabe de nada. É pobre e pobre não tem direito. O pobre é o vilão porque o Prosamim não foi feito para dar errado. Eles [técnicos] não querem problemas”.
- 84 Aliado a isso, foi constatado um sentimento de dívida em relação ao GEA. Não havia quem dissesse que o Prosamim não fosse algo “maravilhoso”. Com o tempo e a convivência, os moradores passavam a uma avaliação mais detida, pontuando o que consideravam “falhas” ou “problemas” a partir de sua experiência cotidiana. “Falar mal” do Prosamim era ser “indigno” do “presente” do ex-governador [Eduardo Braga], que estava sendo destruído pelos técnicos da UGPI.
- 85 A retribuição do dom recebido era não “falar mal” do Prosamim. Isso era muito reforçado por Roberta no curso de etiqueta. Ela insistia no dever dos moradores de “honrar” um “privilegio” concedido pelo Estado a poucos. “Um presente de Deus”. No entendimento dela, honra o presente quem “ouve Deus falar a seu coração”. Quem muda de comportamento.
- 86 Muitos reassentados relataram sentir um peso enorme pela permanente lembrança feita pelos técnicos de que ganharam uma casa, e assim adquiriram uma espécie de dívida eterna. “É como se a gente vivesse preso num cubo, sem poder fazer nada, que já ameaçam que vamos perder a casa”, afirmou Mariana, que morava na Quadra III com o marido e os filhos.
- 87 O urbanismo do PRM seria um exemplo do princípio foucaultiano do encaixamento - ou encubamento, para dona Mariana - espacial das vigilâncias hierarquizadas, que sustenta o acampamento, enquanto modelo quase ideal de observatório da multiplicidade humana. “O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral” (FOUCAULT, 2009, p.165). Visibilidade para controle. O escritório de gestão reforça a presença do Estado para monitoramento da conduta dos moradores do PRM.
- 88 Em momentos diferentes, ouvi dos moradores questionamentos sobre os cursos oferecidos pela UGPI. Os da Quadra III se diziam “humilhados” com a proposta de serem ensinados a se portarem diante de uma mesa requintada, quando muitos ali revelavam, algumas vezes, não ter sequer o que comer. Disseram que não foram consultados pelos técnicos sobre o que gostariam de aprender e o que seria interessante para eles. Seu Geraldo, da Quadra II, tem uma visão semelhante. Casado e pai de dois filhos já adultos, vive de “bicos”. Afirmava achar sem propósito um curso ensinando a usar taças, quando isso não tem nada a ver com a realidade deles.
- 89 Mariana, que trabalha como vendedora, por exemplo, manifestou a vontade de passar no vestibular e de fazer um curso superior. Comentando sobre o curso de camareiras *Mulheres Mil*, oferecido pela UGPI, ela me contou que não é porque seus pais não tiveram estudo que seu destino vai ser algo semelhante. “Eu não quero ser camareira”. A moradora disse que as pessoas tem que entender que “quem mora aqui não quer ser camareira, cortador de grama nem encanador”. Sugeriu que os técnicos fizessem uma pesquisa com os moradores para conhecer seus reais interesses. Tais reações evidenciam as diferentes expectativas de futuro e de sustentabilidade de moradores e de técnicos da UGPI. Concepções cada vez mais distantes uma da outra.

- 90 “Agora todo mundo quer tirar onda que mora em apartamento, mas mora num buraco, num lixo”. Mariana repetia as palavras de uma pessoa no local onde um dia fora procurar emprego. Questionada sobre seu endereço, ela respondeu morar no PRM, o que teria gerado o comentário acima. Com a narrativa, revelou o temor que sentia em ver seu sonho de viver numa moradia digna, trazido pelo Prosamim, virar um pesadelo por causa daqueles que “não tiraram o igarapé de dentro de si”. O PRM viraria uma “favela”, porque as pessoas continuavam se comportando como faziam no igarapé. “Prosamim? Só mora gente imunda!”, imitava de novo as pessoas de fora ao se referirem aos moradores de lá – a ela.
- 91 As palavras dela expressavam o sentimento compartilhado com muitos moradores, que relataram ter passado por situação semelhante em algum momento. No PRM, identificou-se a reprodução – uma vez que o estigma do igarapé já existia – de identidades estigmatizadas, estimuladas agora pelo “suporte” oferecido pelo Estado aos reassentados através de ações incompatíveis com os anseios dos moradores, que não contribuíam com a elevação de escolaridade, status ou classe, mas favoreciam a reprodução da pobreza, da marginalização e produziam baixa-estima coletiva.

## Considerações finais

- 92 O curso de etiqueta urbana e social integra o conjunto de ações socioambientais para melhorar a vida da população reassentada do Prosamim. O entendimento do que vem a ser a melhoria de vida para seus executores passa necessariamente por uma mudança de comportamento. Mudar o comportamento considerado inadequado a nova vida urbana.
- 93 Situado no Centro, o que lhe conferia destacada visibilidade na cidade, o PRM era a maior e mais antiga unidade habitacional do Prosamim. Destinado a ser a vitrine do Prosamim não havia espaço para as “bandeirolas” que lembrariam a “vida insalubre” de igarapé. Tanto o curso de etiqueta, quanto o manual do proprietário, eram mecanismos empregados pelos técnicos para “civilizar” os reassentados. Aqueles que não tirassem o igarapé de dentro de si seriam os responsáveis por destruir o “sonho” da melhoria de vida. A sociedade pensaria que o Prosamim teria virado favela. O GEA teria fracassado. Os “alagadinhos” não demonstravam “honrar” o “presente de Deus”.
- 94 Ao contrário da crença compartilhada, constatou-se com o estudo etnográfico no PRM, que o Prosamim gerou um sentimento de segregação, controlado e estigmatizado. O trabalho civilizatório dos técnicos reproduzia e estimulava o estigma entre os moradores que diante dos efeitos do processo civilizatório manifestavam seu “desinteresse” às ações da UGPI. Apesar das diferenças, quando necessário, os moradores das três quadras sabiam se reunir num único e politicamente coeso grupo para negociar com o Estado. Separados, organizavam-se em variados arranjos comunitários, tais como festas das associações dos moradores, grupos de dança, reuniões religiosas, passeios coletivos a balneários. Era nesses momentos que o curso de etiqueta virava piada. Na hora dos comes e bebes, sempre havia quem lembrasse, em tom de ironia, e seguido de risos: “Pessoal, olha a etiqueta!”.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). **Reassentamento involuntário: política operacional e documento de antecedentes**. Washington, DC. Out. 1998. Nº IND-103.
- BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. In: **Dossiê Pierre Bourdieu no campo**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.26, jun, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CURSO de etiqueta urbana e social. Manaus: UGPI, fev/ 2011.
- ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- ELIAS, Norbert. **Sobre el tiempo**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1989.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 (vol 1).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação**. Lisboa/ Portugal: Edições 70, 2008.
- KALIL, Glória. **Alô, chics: na linha com Glória Kalil**. São Paulo: Ediouro, 2008.
- LEMOS, Janeth de Araujo. **Vivendo a transição de ambiente de moradia: um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus – Prosamim**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org). Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Núcleo de Antropologia Política/ UFRJ, 2002 (Coleção Antropologia da Política; 18).
- MANUAL do Proprietário: conhecendo e cuidando da sua residência. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.
- MENEGHINI, Marcia Elisa Freire. **A construção de uma nova etiqueta urbana e ambiental: um estudo etnográfico do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS). Universidade Federal do Amazonas, 2012.
- PROSAMIM capacita e orienta beneficiários. Manaus: Governo do Amazonas/ UGPI, 2011.
- QUEIROZ, Aldenira Rodrigues. **Prosamim: desafios de implantação e infraestrutura de saneamento e ocupação do solo urbano na cidade de Manaus, Amazonas**. Dissertação.

(Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

RIBEIRO, Celia. **Boas maneiras à mesa: comer e beber segundo as regras de etiqueta moderna**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

ROP (Regulamento Operacional do Prosamim). 1º Financiamento. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004 (vol 1).

## NOTAS

1. Igarapés são pequenos cursos de água.
2. Embora o Prosamim tenha sido criado em 2005, o primeiro contrato de empréstimo firmado entre o BID e o GEA para o empreendimento ocorre em 19 de janeiro de 2006. No mês seguinte, teve início o remanejamento da população, uma vez que a fase preparatória ocorrera de 2003 a 2005. O processo de fato foi iniciado em 2003 com a Carta Consulta ao Banco. Em 2007, o segundo financiamento é aprovado para continuidade do Programa.
3. Termo usado conforme Regulamento Operacional do Prosamim (ROP, 2007).
4. Os projetos de desenvolvimento urbano, “que tiram as pessoas de áreas perigosas ou impróprias para o assentamento humano”, exemplificam a política de reassentamento involuntário do BID. O Prosamim está inserido nela, uma vez que consiste no “deslocamento e reassentamento resultante do desenvolvimento planejado e que é involuntário, muito embora possa ser desejável em última análise” (BID, 1998, p.23).
5. Para Ribeiro (2008), é “[...] aquele prato maior que está na mesa desde o início da refeição, diretamente sobre a toalha. Sua função é proteger a toalha entre um prato e outro” (p.38).
6. A técnica não fez referência à citação de Gloria Kalil (2008), autora de manuais de etiqueta muito populares de onde a frase foi extraída.
7. Termo empregado pela palestrante para se referir a festas noturnas chiques em que a etiqueta não deve ser esquecida.
8. Os técnicos da UGPI não fazem distinção entre os termos casa e apartamento.

---

## RESUMOS

Este artigo analisa as práticas de promoção de etiqueta urbana, promovidas pelos técnicos do Governo do Estado do Amazonas (GEA), como parte integrante do conjunto de ações socioambientais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim). O artigo tem por base uma pesquisa etnográfica intensiva, realizada no Parque Residencial Manaus (PRM), um reassentamento situado entre ruas de grande circulação no Centro, na zona sul da cidade. A investigação buscou reconstituir o campo que tornou tais práticas possíveis, os atores que delas participaram e os efeitos sociais produzidos. Dessa forma, procura compreender as políticas de reordenamento territorial como espaços de disputa e negociação, que evidenciam formas distintas de ocupar, conceber e se apropriar do espaço urbano.

This article analyzes the practices of urban etiquette promotion, advanced by the technicians of the State Government of Amazonas (GEA) as an integral part of the body of socio-environmental actions of the Social and Environmental Program of Manaus Channels (Prosamim). The article is based on intensive ethnographic research undertaken in the Manaus Residential Park (PRM), a reseating situated among the streets of intense downtown circulation, in the southern zone of the city. The investigation looked to reconstruct the field that made such practices possible, to the actors that took part, and to the social effects produced; to acquire, in this way, an understanding of the politics of territorial reordering as disputed and negotiated space which manifested the distinct forms of occupying, conceiving and appropriating urban space.

## ÍNDICE

**Keywords:** Amazon, politics of urban residence, PROSAMIM

**Palavras-chave:** Amazônia, políticas de habitação urbana, PROSAMIM

## AUTORES

### MARCIA ELISA FREIRE MENEHINI

Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. (marciaefm@yahoo.com.br).

### THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.